



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3902	2	P



AO DEL
PARA PROVIDENCIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Em: 02/03/2018

Valdiceia Siqueira dos Santos
Matrícula: 6769
DDI
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 02/03/18

[Signature]
PRESIDENTE

INCLUI-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 02/03/2018

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 07/03/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 08/03/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 13/03/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES DE JUSTIÇA)
SECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES DE JUSTIÇA
COMISSÕES ABAIXO

1)

Justiça
Comissão de Consumidor e Realização de atos

Delegado de Justiça

EM 12/03/18

Ao Sr. Presidente da Comissão de Justiça,
para designar Relator, nesta data.

Em, 23/03/18

Secretaria das Comissões

Am

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões até

24/03/18

Secretaria do S.A.C.

Am

DESIGNO PARA RELATAR NA
COMISSÃO DE JUSTIÇA

EM,

11/04/18

Leonil
PPS

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões até

24/04/18

Secretaria do S.A.C.

Am



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 753

Ano VI

Vitória (ES), Terça-feira, 06 de março de 2018

www.cmv.es.gov.br/diario

XIII- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

COMPOSIÇÃO:

TITULARES: ROBERTO MARTINS - PTB
WANDERSON MARINHO - PSC
WAGUINHO ITO - PPS

SUPLENTE: NATHAN MEDEIROS - PSB

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 033/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 35, II do Regimento Interno (Resolução no. 1919/2014)

RESOLVE:

1º. Suspender, parcialmente, os trabalhos de rotina das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, devendo estas, no interregno do dia 02 ao 23 de março de 2018, dedicaram-se exclusivamente à emissão, apreciação de pareceres e reuniões atinentes ao Projeto de lei que Aprova o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória e da outras Providências (PL de nº290 de 2017, contido no processo nº11.398 de 2017).

Este ato entra em vigor no ato de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de março de 2018.

Palácio Atílio Vivacqua, 06 de março de 2018.

VINICIUS JOSÉ SIMÕES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

EXPEDIENTE

Presidente Vinícius José Simões
Diretora Geral Raquel Ramos
Responsável pela publicação Carlos Eduardo Louredo de Freitas

ESTE É O FINAL DESTA PUBLICAÇÃO

www.fabriciogandini.com.br | www.twitter.com/fgandini | www.facebook.com/fgandini | administrativo@fabriciogandini.com.br

II - PARECER:

O referido Projeto de Lei em análise, terá a observância do artigo 61, inciso I do Regimento Interno, a qual estabelece que compete à Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Na comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, é realizado o controle de constitucionalidade preventivo, com a finalidade de impedir determinada norma inconstitucional entre no sistema jurídico.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR nº5.674, o Laudo de Inspeção Predial é uma avaliação do estado da edificação e de suas partes constituintes, realizada para orientar as atividades de manutenção.

Na inspeção predial, são confrontadas todas as alterações em relação ao projeto original da edificação para preservar as suas condições de segurança, funcionalidade e estabilidade.

A manutenção de edificações inclui todos os serviços realizados para prevenir ou corrigir a perda de desempenho decorrente da deterioração dos seus componentes, ou de atualizações nas necessidades dos seus usuários.

Em análise ao projeto, percebe-se que a propositura tem a finalidade de aferir o responsável legal pela edificação e responsabilidade pela contratação do Laudo de Inspeção Predial e sua apresentação ao Município.

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

Percebe-se que, existe no ordenamento jurídico de Vitória a Lei nº8.992, de 22 e Agosto de 2016, de iniciativa desse Legislativo, que teve o objetivo de garantir e certificar, periodicamente, a segurança, estabilidade, habitabilidade e salubridade das edificações e equipamentos.

Mister dizer que, a legislação é de difícil aplicabilidade técnica, por não haver definição das responsabilidades pelo seu cumprimento, sendo motivo de revogação pelo projeto de Lei nº 29/2018.

Sendo assim, o Município, apresenta uma nova proposta que já de início, afere ao responsável legal pela edificação a responsabilidade pela contratação do Laudo de Inspeção Predial e sua apresentação ao Município.

O artigo 80, parágrafo único, inciso I, II e III da Lei Orgânica de Vitória, dispõe sobre a capacidade do executivo na organização e funcionamento da administração.

Art. 80 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:

Parágrafo único: São de iniciativa privada do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

- I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundamental do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Executivo, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- III - criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública, observando o disposto no Art.113, inciso V.

Portanto, é clara a competência do Executivo Municipal nesta proposição, sendo que sua redação não contém vício ou burla a legalidade.

Ainda, pode-se destacar o artigo 30 inciso I da Constituição Federal, que dispõe, in verbis:

Art. 30 - Compete privativamente ao Município:
I - legislar sobre assunto de interesse local;

O interesse local não deve ser entendido como aquele exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo mais direto e imediato, consoante lição de Dirley da Cunha Junior (in "Curso de Direito Constitucional", 2ª edição, Salvador, Juspodivm, p. 841).

Quanto à técnica legislativa, segundo a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico Municipal de Vitória.

Visto que, não existe óbice para a tramitação do referido Projeto de Lei, segue o voto.

III - VOTO:

Após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, no sentido de que a mesma revela o vínculo de correspondência e adequação com o texto maior, opinamos pela

2909 13 ps

CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE COM EMENDA MODIFICATIVA do

Projeto de Lei 29/2018.

Palácio Atílio Vivácqua, 28 de maio de 2018

Fabrício Gandini

Vereador - PPS

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 29/2018, NOS TERMOS DO
ARTIGO 222, III, DO REGIMENTO INTERNO**

"Altera a redação dos artigos e
parágrafos abaixo".

Art. 1º - Altera a redação do artigo 1º, passando a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 1º - As edificações públicas e privadas,
em estado de abandono ou não, localizadas no
Município de Vitória, serão objeto de vistorias
técnicas periódicas registradas em Laudos de
Inspeção Predial elaborados por profissional
habilitado com registro no Conselho Regional de
Engenharia e Agronomia do Espírito Santo -
CREA/ES ou no Conselho de Arquitetura e
Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES."

Art. 2º - Acrescenta o paragrafo 5º no artigo 2º, com a
seguinte redação:

§ 5º - No caso de edificações em estado de
abandono, o responsável legal terá o prazo de 7
(sete) anos para providenciar a elaboração e
apresentação do Laudo de Inspeção Predial ao
Município.

Palácio Atílio Vivácqua, 28 de maio de 2018

Fabício Gandini
Vereador - PPS

Gabinete do Vereador Fabício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax: 3334-4532

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De acordo com o despacho acima, segue o parecer.

1909 14

At

Fabício Gandini



Vereador PPS
Câmara Municipal de Vitória

1909 15 AP

Ao Exmo. Sr. Fabrício Gandini
Membro da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Informamos que transcorrido o prazo regimental da elaboração de relatório da matéria na Comissão de Justiça, embasado no Art.77, V do Regimento Interno, solicitamos a devolução do processo ,no prazo de 48(quarenta e oito) horas,tendo em vista a não devolução acarretará sob pena de reconstituição dos autos na forma do Art.196 do RI

Att,

Serviço de Apoio às Comissões
15/06/2018

CONTROLE DOS PROCESSOS:

Nº PROC	TIPO	PROCEDI MENTO	DATA DA SAÍDA- SAC	DATA DE DEVOLU ÇÃO	SITUAÇÃO	
1909/18	PL 29/18	Relatar	12/04	27/04	Expirado	

Matéria : Projeto de Lei nº 29/2018

Reunião : Comissão de Justiça 1007
Data : 10/07/2018 - 13:51:06 às 13:59:10
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 5 Parlamentares

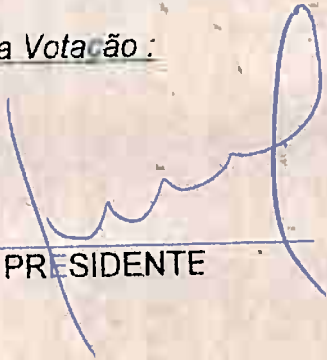
N.Ordem	Nome do Parlamentar
17	Davi Esmael
7	Fabricio Gandini
30	Leonil
28	Sandro Parrini
20	Wanderson Marinho

Partido	Voto	Horário
PSB	Sim	13:58:48
PPS	Sim	13:58:54
PPS	Sim	13:59:02
PDT	Sim	13:58:53
PSC	Sim	13:58:58

Totais da Votação :

SIM 5 NÃO 0

TOTAL 5



PRESIDENTE

SECRETARIO

